O Desembargador Rodolfo Aureliano e sua relação com a história da assistência à Infância em Recife no período de 1934 a 1951.

Maria Imaculada da Conceição Pequeno Aureliano da Silva¹
Catarina Carneiro Gonçalves²

RESUMO: O presente estudo tem como foco central analisar as contribuições do desembargador Rodolfo Aureliano para a assistência à infância em Recife no período de 1934 a 1951. Como procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo análise documental e biográfica, tendo como fontes documentos jurídicos e registros históricos que retratam o período. Os dados foram analisados a partir da perspectiva da proteção da infância e das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em processos e relatórios homologados por Rodolfo Aureliano enquanto Juiz dos Menores Abandonados. Os resultados evidenciaram que, mesmo em um contexto jurídico restritivo, Aureliano desenvolveu iniciativas pioneiras na defesa dos direitos das crianças, antecipando princípios posteriormente consolidados no ECA (1990). Contudo, ainda se faz necessário aprofundar os estudos sobre sua atuação e seu impacto na construção de políticas de proteção infantil no Brasil.

Palavras-Chave: Rodolfo Aureliano; Infância; Assistência Social; Direitos das Crianças; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO:

A garantia legal dos Direitos Humanos não é um fenômeno muito antigo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, promulgada pela Organização das Nações Unidas em 1948, evidencia que em âmbito planetário essa é uma política com menos de um século, nos lembrando a necessidade de ações que favoreçam a sua consolidação ainda em tempos presentes.

Fizemos referência a tal documento por ele ser um marco inicial na luta pelos Direitos Humanos em todo o mundo, partindo do princípio de que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (artigo 1º). Entretanto,

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco.

² Orientadora do trabalho – Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

embora essa premissa seja, na legislação, reconhecida por todos os países signatários³ da DUDH, ainda no Século XXI, uma série de Direitos Humanos continuam sendo violados em todo o mundo.

Esse quadro de desrespeito se torna ainda mais evidente quando olhamos para os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, cidadãos que, historicamente são mais vulneráveis. Assim, quando pensamos em direitos das crianças e da adolescência encontramos, no Brasil, um texto legal jovem, tendo como marco político a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990 (Brasil, 1990), buscando cumprir uma dívida histórica com meninos e meninas apartados de seus direitos fundamentais.

Considerando a juventude desses marcos legais, e, ainda, que a política é construída por pessoas e lutas de coletivos, defendemos a importância de conhecer a história de sujeitos agiram em defesa de melhores condições para as infâncias. Assim, este estudo é uma pesquisa biográfica, reconhecendo que abordamos “os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência”. (Delory-Momberger, 2012, p.524).

Como sujeito histórico delimitamos uma investigação sobre a atuação de Rodolfo Aureliano, o primeiro juiz de Menores⁴ da cidade de Recife, cujas ações em defesa do direito das crianças e dos adolescentes marcaram significativamente o período de 1934 a 1951. De tal delimitação traçamos um estudo de natureza qualitativa, do tipo análise documental, buscando responder à pergunta: quais as contribuições do primeiro juiz da infância em Pernambuco, Rodolfo Aureliano, para a garantia dos direitos das crianças pernambucanas entre 1934-1951?

Desta questão, então, foram estabelecidos os objetivos da investigação, sendo o geral: conhecer as contribuições do primeiro juiz da infância em Pernambuco, Rodolfo Aureliano, na garantia dos direitos das crianças. Desta necessidade, então, foram delimitados os objetivos específicos, os quais são: (1) analisar documentos históricos, buscando as evidências das contribuições do primeiro juiz da infância em Pernambuco, Rodolfo Aureliano, na garantia dos direitos das crianças

³ A Declaração Universal dos Direitos Humanos é composta por 193 países signatários, entre eles, o Brasil.

⁴ Desde que o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA entrou em vigor, em 1990, foi questionado o uso do termo “menor” como referência às crianças e os adolescentes. Entretanto, mantemos a expressão em função do recorte temporal com o qual se trabalha essa pesquisa.

pernambucanas; (2) descrever as decisões jurídicas inovadoras do primeiro juiz da infância em Pernambuco, Rodolfo Aureliano, na garantia dos direitos das crianças pernambucanas; (3) comparar as decisões do primeiro juiz da infância em Pernambuco, Rodolfo Aureliano, na garantia dos direitos das crianças pernambucanas com as legislações vigentes na primeira metade do século XX.

Os documentos analisados foram variados, incluindo reportagens e sentenças emitidos pelo Juiz no período entre 1934 e 1951. A escolha deste marco temporal se deu por ser o momento no qual Rodolfo Aureliano atuou como o primeiro Juiz dos Menores Abandonados⁵ da cidade do Recife.

Compreendendo esse percurso, pretendemos, através dessa pesquisa, conhecer a história de Rodolfo Aureliano e sua atuação jurídica pelo direito das crianças. Fazemos essa opção por compreendemos que o tempo histórico no qual ele legislava pelas crianças não havia um aparato legal que beneficiasse a cidadania de meninos e meninas, sendo a sua atuação um dos elementos que ajudou na garantia da dignidade de crianças e adolescentes no século XX.

Reconhecendo, então, que não existiam documentações específicas que evidenciavam a garantia de direitos fundamentais da infância no século XX, nos indagamos a respeito de “quais as ações do juiz Rodolfo Aureliano buscavam proteger as crianças em contextos nos quais a própria legislação promovia e legitimava o uso de violência contra a criança?”

Nos interessou, então, conhecer o trabalho realizado por Rodolfo Aureliano, sobretudo considerando as especificidades das infâncias presentes apenas nos recentes dos marcos legais. Assim, compreendemos que entender a sua atuação pode favorecer o processo de construção de leis em torno das infâncias.

Além da relevância histórica e social, este estudo tem uma ligação direta com a autora da pesquisa, posto que, na condição de neta do pesquisado, acompanhou a sua trajetória profissional a partir de uma perspectiva familiar e afetiva, conhecendo muitos dos feitos do primeiro juiz de menores. Os relatos compunham a memória familiar, sendo ouvidos de forma oral nos encontros familiares.

Assim, da dupla relevância, afetiva e histórica, nos debruçamos sobre a história de Rodolfo Aureliano, buscando construir uma discussão teórica sobre os conceitos

⁵ O termo Menores Abandonados também é considerado, atualmente, como pejorativo. Porém, optamos por manter o uso da nomenclatura utilizada para nomear as crianças em situação de violência no período histórico utilizado por esta pesquisa: 1934 até 1951.

de infância, direito à infância, proteção integral às crianças, assistência social e políticas públicas, utilizando como campo analítico reportagens e documentos que nos permitem compreender a atuação do pesquisado.

Rodolfo Aureliano: História e Memória

Os Fóruns das cidades Afogados da Ingazeira, Jupi, Serrita e Recife, municípios pernambucanos, carregam o nome do primeiro juiz de menores desse Estado: Rodolfo Aureliano. Isso evidencia a importância da trajetória deste jurista, cujo legado deixado pela sua passagem no juizado da infância foi deveras significativo.

Sobre Aureliano, encontramos na fala de Luiz Carlos Barros Figueirêdo, desembargador e ex-coordenador da infância e juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (2010 até 2020), a defesa de que o legado construído por ele foi insuperável: “nada há na área da infância em Pernambuco em que não se enxergue um pouco de Rodolfo Aureliano” (Pernambuco, 2019, p.23). Tal afirmação é proferida na obra “Memória Judiciária de Pernambuco”, em um volume inteiro dedicado ao magistrado (Pernambuco, 219). Para justificar esse argumento, Figueirêdo destaca o cuidado do jurista com as crianças, realçando a sua preocupação com a educação e o bem-estar das infâncias.

Tal preocupação se evidencia em muitas ações do juiz. Entre elas podemos citar: construção de uma entidade própria para abrigo de crianças e adolescentes que cometeram infrações, separando-os dos espaços que abrigavam os adultos; criação da Delegacia de Menores; idealização de uma vara para assistência e proteção dos menores delinquentes e abandonados; implantação de serviço social na prática do juizado; construção da casa do pequeno jornalista e a fundação da Escola de Serviço Social de Pernambuco (Pernambuco, 2019).

Foi dessa relevância, então, que nos debruçamos sobre a história de Aureliano, a fim de conhecer seu percurso de vida e a relação com as crianças e os adolescentes. O juiz nasceu em 2 de novembro de 1903, no bairro da Várzea, região localizada na zona oeste da cidade do Recife-PE. Foi membro de uma família pouco abastada, descendentes de sujeitos escravizados, sendo Rodolfo Aureliano o quinto entre os nove filhos de Philadelpho e Emília Aureliano da Silva.

Rodolfo Aureliano foi um homem negro, atuando em um espaço historicamente marcado pelo racismo: o judiciário. Até a atualidade ainda é incomum a presença de

peças negras em espaços jurídicos, sendo Aureliano o único magistrado negro no Tribunal de Justiça de Pernambuco no seu tempo de atuação. Este recorte importante de sua trajetória, não é mencionado em nenhum documento ou registro do TJPE, mas pode ser observada através da galeria dos magistrados do referido tribunal.

A escolarização inicial de Rodolfo Aureliano não é conhecida nem em documentos oficiais, nem em saberes próprios de seus familiares. Assim, o que se toma conhecimento é que no início dos anos de 1920 Rodolfo Aureliano concluiu o curso de humanidades no Ginásio Pernambucano, matriculando-se, em seguida, na Faculdade de Direito do Recife, obtendo o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no dia 11 agosto de 1927.

Sua carreira jurídica teve início logo após sua formatura, quando foi nomeado promotor público da comarca de Belém de São Francisco. Entretanto, em 1929, foi transferido para Afogados da Ingazeira, onde ocupou o cargo de Juiz de Direito (Barbosa, 2010). A vivência nessa região, uma das mais secas do Brasil, despertou um forte compromisso dele com a defesa da população em situação de vulnerabilidade. Diante da precariedade dos serviços médicos locais, a alta taxa de mortalidade materno-infantil tornou-se uma preocupação central em sua atuação profissional. Sensibilizado por essa realidade, buscou favorecer a capacitação das parteiras, viabilizando treinamentos na cidade do Recife como forma de reduzir os riscos durante o parto e melhorar as condições de assistência à saúde das mulheres e das crianças (Pernambuco, 2019).

No início da década de 1930, o Brasil viveu um contexto político marcado pela influência de São Paulo e Minas Gerais na definição dos governantes nacionais e estaduais. Em Pernambuco, esse cenário refletia tensões entre grupos políticos locais. O governador Estácio Coimbra, nomeado pelo então presidente Washington Luís, enfrentava descontentamentos dentro de sua administração. Entre os episódios de instabilidade, destaca-se a destituição de Rodolfo Aureliano de seu cargo público em março de 1930, evidenciando as disputas de poder que antecederam a Revolução de 1930. Diante de um ambiente político e social desfavorável, Aureliano optou por deixar Pernambuco e seguir para o Rio Grande do Sul, onde passou a atuar em redações de jornais na cidade de Porto Alegre (Pernambuco, 2019).

Em novembro de 1930, com a vitória da Revolução, Rodolfo Aureliano retornou ao estado de Pernambuco, sendo nomeado delegado de polícia. No comando da Delegacia Regional de Vitória de Santo Antão, empenhou-se em buscar soluções

para a delinquência juvenil, defendendo a educação como ferramenta fundamental para a ressocialização. Como resultado desse esforço, viabilizou a implantação da Escola de Comércio, ampliando as oportunidades de formação para os jovens.

Em janeiro de 1931, Rodolfo Aureliano foi transferido para a capital pernambucana, assumindo o cargo de titular da Delegacia Regional da 4ª Zona. Posteriormente, em abril do mesmo ano, foi nomeado Diretor da Casa de Detenção do Recife. Durante sua gestão, reorganizou a administração da instituição e destacou-se por sua coragem e habilidade no diálogo com diferentes setores da sociedade. (Pernambuco, 2019)

Um dos projetos de Rodolfo Aureliano foi a proposição da retirada de crianças e adolescentes em situação de delinquência da Casa de Detenção, em conformidade com o Código de Menores de 1927, instituído pelo decreto nº 17.943-A (Brasil, 1927). Nesta lei, no art. 71, é afirmado que

si fôr imputado crime, considerado grave pelas circunstâncias do facto e condições pessoais do agente, a um menor que contar mais de 16 e menos de 18 anos de idade ao tempo da perpetração, e ficar provado que se trata de individuo perigoso pelo seu estado de perversão moral o juiz lhe aplicará o art. 65 do Código Penal e remeterá a um estabelecimento para condenados de menor idade, ou, em falta deste, a uma prisão comum com separação dos condenados adultos, onde permanecerá até que se verifique sua regeneração, sem que, todavia, a duração da pena possa exceder o seu máximo legal⁶.

Além disso, destacava que, no ambiente prisional, os adolescentes e as crianças eram privados do direito à educação e expostos à convivência com criminosos adultos, o que aprofundava sua marginalização perante a sociedade.

Rodolfo Aureliano contou com o apoio do Governo do Estado para a implementação de seu projeto de criação de uma instituição específica voltada à correção e ressocialização de crianças e adolescentes. No entanto, antes da conclusão da construção da sede, solicitou exoneração do cargo na Casa de Detenção, encerrando seu ciclo na área da segurança pública (Pernambuco, 2019).

Em 5 de fevereiro de 1932, foi retomada a sua carreira no judiciário, na cidade de Bom Conselho, no interior pernambucano. Seu retorno se deu através da do Ato

⁶ Mantivemos a grafia original do documento.

nº 171 5 de fevereiro de 1932, que o nomeava juiz de direito. Nesta cidade criou a Escola Padre Manoel Machado e instalou núcleos de escoteiros, artes, música, jornalistas e grêmios literários-recreativos, evidenciando sua atenção para as questões sociais e educacionais.

Neste mesmo ano, retornou à capital pernambucana, sendo nomeado diretor do Instituto Profissional 5 de Julho, na cidade do Recife, instalado no bairro do Parnamirim, através do Ato n. 1.128, 22 de outubro. Esta instituição fora criada um ano antes, com a finalidade de garantir proteção aos menores abandonados.

Até então, sujeitos menores de idade que cometiam delitos, eram recolhidos para a casa de detenção⁷, espaço que não dispunha de caráter educativo para além da punição expiatória. Com a criação do novo instituto, as crianças e os adolescentes foram transferidos para tal lugar, onde passaram a ter garantidos outros direitos: educação fundamental, aulas profissionalizantes, incluindo aulas de música e assistência médica e odontológica (Pernambuco, 2019).

A experiência de diretor do instituto ampliou o reconhecimento de Aureliano como uma pessoa comprometida com as crianças e os adolescentes e, após dois anos de atuação neste espaço, foi nomeado como o primeiro juiz titular de uma vara exclusiva para infância e adolescência em Pernambuco. Este ato aconteceu do decreto n.306, publicado em julho de 1934.

O Juizado de Menores teve papel importante no cumprimento da legislação vigente da época, o Código de Menores (Brasil,1927), absorvendo as funções da 3ª Vara Cível de Recife e, ainda, promovendo um grande progresso na área, pois, as suas atribuições iam além do julgamento e da combinação de penas, cumprindo-se, assim, a legislação vigente do Código de Menores de 1927.

Em setembro de 1938, Rodolfo Aureliano deu início a uma iniciativa no Abrigo Provisório, criando a primeira turma do curso de Serviço Social de Pernambuco. Essa proposta tinha como objetivo treinar funcionários da organização do juizado para lidar com as questões da indigência e da infância. Como política, Aureliano defendia uma abordagem estruturada e duradoura em relação às infâncias, rejeitando soluções paliativas e provisórias para a indigência.

Essa formação acadêmica foi essencial, pois o curso se transformou em uma escola que, posteriormente, foi incorporada à Universidade Federal de Pernambuco.

⁷ Espaço onde crianças e adolescentes que cometiam delitos na cidade do Recife eram levados.

Além disso, em novembro de 1938, o projeto de Rodolfo Aureliano ganhou maior projeção com a inauguração do Serviço de Assistência ao Menor de Pernambuco. A nova instituição centralizava em um único local, na Rua Fernandes Vieira, no bairro da Soledade, todos os serviços estaduais voltados à infância e a juventude na capital, incluindo o Juizado de Menores (Pernambuco, 2019).

Em 1942, o governo federal adotou um modelo similar ao do projeto idealizado por Rodolfo Aureliano, criando o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), com base nas estruturas de centralização já em vigor em Pernambuco. O SAM, criado por Getúlio Vargas, foi reconhecido como a primeira política pública federal específica para a infância e adolescência no Brasil, representando um marco importante na história das políticas sociais de nosso país, servindo como embrião para a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor Funabem (Pernambuco, 2019).

Além da magistratura, Aureliano demonstrava interesse pelo magistério, o que se fortaleceu pela sua luta na abertura da escola de Serviço Social, na sua atuação pela criação do Colégio Padre Félix⁸ no bairro da Soledade em Recife e, também, como professor e fundador da Escola de Administração de Pernambuco, hoje Faculdade de Administração da Universidade de Pernambuco (Rivas, 2004).

A educação foi apontada como um caminho importante, pelo juiz, para melhoria da condição econômica da população. Ele defendia o argumento de que isso influiria na diminuição dos índices de delinquência⁹. O juiz acreditava que a atuação da escola só funcionaria em conjunto com uma assistência médico-escolar rigorosa, argumentando que as crianças “tinham deficiência física, malnutrição, enfermos, com infecções focais e deficiência sensorial devem ser assinalados pelo serviço médico-escolar”. (Rivas, 2004). Essa visão, demonstra o olhar sensível e dedicado de Rodolfo Aureliano, que já em 1934 tinha a compreensão de que escola era o local apropriado para garantia dos direitos fundamentais, sendo, portanto, o espaço no qual deveriam estar todas as crianças e, ainda, favorecer atendimento multidisciplinar. Justo por isso, Aureliano defendia que a educação se caracterizava como um direito social de

⁸ Escola Particular fundada por Aureliano.

⁹ Sabemos da inadequação do uso do termo delinquência, quando usado para se referir aos delitos de crianças e adolescentes. Entretanto, optamos por manter o termo utilizado no nosso recorte histórico, período de 1934 a 1951, posto que essa era a terminologia utilizada para se referir às crianças e adolescentes da época.

oferta obrigatória, sendo a escola um espaço que precisava ser visto como espaço de proteção social, que vai além dos conteúdos curriculares. (Santos, 2019).

Em 1952, Rodolfo Aureliano foi transferido do Juizado para a Vara dos Feitos da Fazenda Nacional, e, posteriormente, para a 4ª Vara Criminal. Embora tenha se afastado do Juizado de Menores, sua dedicação à infância e à juventude continuou passando a concentrar-se no Colégio Padre Félix, colégio no qual, era diretor. Em 2 de setembro de 1953, Aureliano foi promovido ao cargo de Desembargador, posição que ocupou por onze anos. Sua trajetória de destaque foi consolidada em 8 de janeiro de 1962, quando foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, mantendo-se no cargo até 1964, ano em que faleceu vítima de hemorragia cerebral.

Legislações voltadas para a infância: o que temos hoje? O que dispunha Rodolfo Aureliano?

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), é o marco legal mais importante para as infâncias em território nacional, tendo como objetivo garantir a proteção integral da criança e do adolescente. Com apenas 34 anos, o ECA trouxe avanços legais e uma abordagem humanista, garantindo direitos fundamentais e promovendo a inclusão da criança como sujeito de direitos e não meramente como objetos de tutela da família e do Estado.

Apesar do grande avanço com o ECA (Brasil,1990) nem sempre a história de assistência à criança foi positiva. Numa perspectiva cronológica, encontramos no Brasil o Código de Menores de 1927, instituído pelo Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927 (Brasil,1927). Esta legislação compôs um documento, constituído por 231 artigos, sendo a primeira legislação concebida para a infância.

Lopes e Ferreira (2010 p.72) destacam que “até o século XX não havia legislação específica que protegesse as crianças: “Antes disso, as crianças tinham direitos iguais aos adultos, mesmo com suas diferenças fisiológicas, psicológicas e emocionais”. A partir do século XX “a presença de crianças e adolescentes nas ruas da cidade e seu envolvimento em contravenções e crimes passaram a chamar a atenção da opinião pública e a gerar debates, pressionando as autoridades a buscarem soluções” (Paula, 2015 p.1).

Diante desse cenário, surgiu a necessidade de uma legislação que pudesse responder às “mazelas sociais”, dando origem ao Código de Menores de 1927, cujo

texto não se direcionava às crianças que possuíam família e moradia, mas, sim, às aquelas pobres, abandonadas e nomeadas como vadias, mendigas e libertinas. Para o atingimento do público-alvo do referido código encontramos, no capítulo IV, Art. 26 a delimitação de quem seria o menor: criança ou adolescente sem tutor responsável por quaisquer razões e/ou sem moradia fixa. (Zanella, Lara, 2015).

Em sua estrutura, o Código de Menores (Brasil, 1927) estabelecia normas de imputabilidade penal e garantia à reformulação do comportamento de crianças criminalizadas ou em situação de risco social. Ademais, proibia o trabalho para os menores de 12 anos (além dos menores de 14 anos sem instrução primária) e, ainda, proibia o acesso aos cinemas e às casas de espetáculo, caso o evento fosse previamente considerado inadequado ao seu desenvolvimento moral. Apesar de conservador, o código constituía-se em um avanço legislativo para a época, reconhecendo alguma diferença entre o mundo das crianças e o dos adultos.

Entretanto, tal documento apresentava muitas limitações. De modo geral ele se ocupava das penalidades, mesmo que já reconhecesse a necessidade de um caráter educativo. Ainda, não focava nos direitos fundamentais das crianças, tratando pessoas vulneráveis como potencialmente perigosas ao convívio social, ocupando-se mais das penalidades do que dos direitos humanos.

Anos depois, a promulgação da Constituição de 1934 também evidenciou alguns avanços sociais, sobretudo estabelecendo, através do Decreto nº 24.278 (Brasil, 1934), a criação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância. O objetivo dessa diretoria foi promover o bem-estar das crianças em todo o país, garantindo a preservação da vida e da saúde, assegurando seu desenvolvimento saudável e prestando assistência às mães e aos filhos. Esses avanços estão ligados à saúde das crianças brasileiras, mas reverberaram em todo desenvolvimento na infância.

Seis anos depois a diretoria virou um Departamento (no ano de 1940), mostrando ascensão da importância burocrática e política da defesa do direito à infância (ORLANDI, 1985). Apesar disso, é válido fazer um recorte de raça e classe social, pois segundo Silva (2006) as ações que eram voltadas à saúde da criança apresentaram apenas o caráter curativo e individualizado, sendo desenvolvidas em hospitais privados ou centros médicos de grandes indústrias, excluindo crianças pobres e, majoritariamente negras, de cuidados com a saúde.

Esse decreto formalizou, para a época, alguma assistência à saúde pública para a infância, com o aspecto negativo de ser apenas para crianças de “família”, o que

excluía as crianças pobres. Ou seja, para as crianças vulneráveis, as penas; para as crianças mais abastadas, os direitos.

Somente em 1979, durante o período ditatorial brasileiro, o Código de Menores passou por uma mudança, instituído pelo Decreto-Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, apresentando novos parâmetros de “normalidade” e “situação irregular”. No primeiro caso define aqueles menores que não se adequam aos padrões de condutas exigíveis dentro de uma sociedade e o segundo diz respeito a aqueles que não se enquadram com a conduta condizente com a normalidade social (Canal; Davel, 2015).

Sendo assim, o Código de Menores de 1979 foi considerado um retrocesso para garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, sobretudo pelo fato de aniquilar as poucas garantias que se dispunham com a legislação anterior. Entre estas negações podemos destacar que foi abandonada a ideia de um sistema de proteção e orientação da criança e do adolescente, voltando a se assumir um caráter mais arbitrário, baseado basicamente na repressão e coação. Ainda, o novo código apagava a distinção entre o menor em situação de risco daquele em situação de delinquência, colocando as duas coisas como paritárias¹⁰ (SILVA, 2011).

Além disso, o documento Decreto-Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979 permitia a internação de crianças e adolescentes em instituições como medida punitiva, o que não ocorria no código anterior. Isso caracterizava uma violência e descaso com as crianças que, além de todas as vulnerabilidades da fase da infância, também contavam com uma vulnerabilidade física em relação aos adultos.

Essa trajetória evidencia um processo de poucas conquistas e muitos retrocessos, o que somente foi superado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), primeira legislação que reconhece, de fato, as crianças como como sujeitos de direito, garantindo aos menores de 18 anos à proteção integral.

Para Varalda (2008), as garantias da Constituição Federal em seus artigos voltados para a infância, estão direcionadas aos processos de proteção integral. Isso se evidencia, por exemplo, no Art. 227 ao destacar ser

dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

10

liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Esses artigos surgiram com a intenção de diminuir os abusos praticados contra crianças e adolescentes, garantindo a isonomia com a população adulta, garantindo as condições de dignidades adequadas. Santos (2022) diz que esse avanço, através das políticas públicas, deu um novo contorno a esse público que no passado sofreu por falta de garantias. Ainda assim, identificamos que as especificidades das infâncias ainda não foram amplamente contempladas na constituição. Ao buscarmos o termo criança, no referido documento, encontramos referências em apenas 11 vezes, sendo necessário um documento que em sua totalidade, preservasse e protegesse à infância na sua dimensão subjetiva.

De tal necessidade, dois anos após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), O código de Menores de 1979 foi substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, através da Lei nº 8.069 publicada em 1990. Tal documento traz enormes progressos para o marco legal da infância, assegurando proteção integral às crianças na garantia de seus direitos fundamentais: educação, saúde, lazer, cultura, dignidade, convivência familiar, proteção contra violência.

O ECA promoveu uma verdadeira revolução no universo infanto-juvenil, ao abordar - de forma ampla - as especificidades e necessidades dessas fases da vida. Entretanto, a questão que persiste após sua implementação é a garantia efetiva dos direitos dessa população, demandando reflexões sobre como tornar efetivos os novos direitos consignados, universalizando para todas as crianças independentemente de sua classe, etnia ou condição social (Veronese, 2016. p. 68).

O ECA sofreu, em seu texto legal, forte influência da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, um marco legal internacional que garantiu às crianças e adolescentes os direitos fundamentais previstos na Declaração dos Direitos Humanos (1948). Tal documento não traz apenas um panorama geral dos direitos humanos, mas, também, evidencia a vulnerabilidade física, social, econômica e política das crianças, deixando clara a importância de que os adultos lutem por elas.

Essa trajetória de marcos legais nos permite perceber que a garantia do direito das crianças ainda é recente, sendo urgente que continuemos atentos na luta pela proteção à infância. Entretanto, na contemporaneidade já dispomos de um marco

legal que nos ampara para denúncias de violação de direitos humanos e na luta pela efetivação.

METODOLOGIA

O presente trabalho buscou construir uma pesquisa qualitativa, do tipo análise documental, utilizando como conteúdo documentos jurídicos e reportagens. Desse modo, analisaremos a história de Rodolfo Aureliano, com foco em sua vida e obra dedicada à defesa dos direitos das crianças.

Acerca dos procedimentos metodológicos adotados, a modalidade de pesquisa escolhida foi a pesquisa documental bibliográfica e biográfica, tendo em vista que o campo utilizado para se coletar os dados serão documentos jurídicos emitidos pelo Juiz Rodolfo Aureliano no período de 1934 a 1951.

Quanto ao instrumento de coleta de dados e análise, foi feito uso da análise documental com a intenção de identificar os documentos utilizados por Rodolfo Aureliano, buscando compreender a sua atuação como primeiro Juiz da Infância em Recife. Este percurso inclui documentos publicados desde o Código de Menores de 1927 (Brasil, 1927), compreendendo-os na sua relação de influência com a contemporaneidade.

Processos conduzidos por Rodolfo Aureliano: o que suas decisões revelam sobre a garantia dos direitos das crianças?

Um de nossos objetivos consiste em analisar documentos históricos, buscando as evidências das contribuições de Rodolfo Aureliano, na garantia dos direitos das crianças. Por isso, aqui discutiremos dois processos conduzidos por ele, disponíveis em publicação sobre a memória do judiciário pernambucano (Pernambuco, 2019).

Ao analisarmos o primeiro, encontramos o processo de número n. 17/1934 intitulado “Abandono”, cujo texto retrata a decisão do internamento de uma menor no Instituto Profissional de Igarassu, pelo tempo que se fizer preciso à sua educação.

“a) a paciente é de menor idade;

b) frequenta lugares de moralidade duvidosa e anda na companhia de gente de má vida;

c) sua genitora é reconhecidamente incapaz de cumprir os seus deveres maternos.”¹¹

Essa decisão de internamento da menor, pelo tempo que se fizer preciso à sua educação, proferida no primeiro processo, evidencia uma garantia de um direito fundamental: educação. Compreendemos que, superando o caráter punitivista, a intervenção de que esta criança deveria ser inserida em um instituto profissional no qual fosse assegurada a sua educação é um avanço. A própria escrita do magistrado não aborda a punição de forma expiatória, realçando que a privação de liberdade deveria estar associada a um projeto educacional

Consideramos essa decisão importante, posto que ela recorre à educação, dimensão essencial no desenvolvimento integral da criança, impactando aspectos cognitivos, emocionais e sociais (Silva *et al.*, 2023). O fato da menor frequentar locais de “moralidade duvidosa” e estar em contato com pessoas de “má vida” foi interpretado como um risco ao seu desenvolvimento, revelando que Aureliano já reconhecia a dimensão subjetiva que diferenciava crianças de adultos. Isso revela a preocupação do juiz não apenas com o presente dessa criança, ou com o bem-estar da sociedade, mas também, com o seu futuro.

Outro aspecto relevante é a preocupação com a incapacidade materna de cumprir suas funções parentais, o que demonstra que a decisão não apenas focava na conduta da criança, considerando sua estrutura familiar e a segurança. Em um período no qual a assistência social ainda era incipiente, a ação judicial buscou garantir que a criança tivesse acesso a um ambiente mais seguro e adequado para sua formação, mesmo que isso ocorresse fora do núcleo familiar. Essa perspectiva, ainda que limitada pela legislação e costumes da época, revela um esforço de Aureliano em proteger a criança de possíveis situações de negligência.

Além disso, a decisão prevê a realização de um exame psiquiátrico, o que pode ser interpretado como uma tentativa de compreender melhor a situação da criança sob um olhar multidisciplinar, incluindo a dimensão da saúde: “o escrivão dê ciência desta decisão à diretora daquele educandário a quem devem ser remetidas para cumprir as conclusões de exame psiquiátrico de fls” (Pernambuco, 2019).

Ainda que a psiquiatria infantil só fosse formalizada em 1937, em Paris, antes mesmo de se consolidar como um campo autônomo dentro da medicina, já havia

¹¹ Processo n. 17/1934, Juiz Rodolfo Aureliano da Silva, Comarca do Recife, 1934.

iniciativas voltadas para direcionar a atenção da psiquiatria geral à infância, buscando compreender as origens e as causas do sofrimento psíquico que afetava as crianças (Abrão, 2020). Esse encaminhamento sugere que havia um interesse e iniciativa de Aureliano em avaliar as condições da criança antes de sua permanência definitiva na instituição, o que poderia contribuir para um acompanhamento mais adequado.

Ao analisarmos o segundo processo, n. 371/1936, intitulado “Transmissão de pátrio poder”, com a decisão de delegar os cuidados da sua criação e educação de uma criança para um cuidador que não era seu pai biológico, encontramos um documento que retratava o Art. 46 do Código de Menores de 1927 que dispunha:

Quando associações ou institutos regularmente autorizados ou particulares, no uso e gozo dos seus direitos civis, tiverem aceitado o encargo de menores de 18 anos abaixo, que lhes tenham sido confiados pelos pais, mães ou tutores, o juiz ou tribunal do domicílio destes pode, a requerimento das partes interessadas e de comum acordo, decidir que, em benefício do menor, sejam delegados os direitos do pátrio poder e entregue o exercício desses direitos à administração do estabelecimento ou ao particular guarda do menor. (Art. 46 Código de Menores de 1927, Brasil, 1927)

O instituto da transmissão do pátrio poder, previsto no artigo 46 deste código, permitia que, diante de determinadas circunstâncias, os direitos e deveres parentais fossem transferidos para terceiros, desde que houvesse comprovação de que tal medida atenderia ao melhor interesse da criança. No caso desse processo, a homologação da entrega da criança refletia a preocupação de Aureliano em garantir a proteção e o bem-estar infantil. A decisão destaca que a transmissão do pátrio poder foi motivada pelo interesse da criança, tanto em relação à sua criação e educação quanto à sua segurança. Esse entendimento demonstra que, mesmo em um período em que os direitos da infância ainda estavam bem longe de serem consolidados, havia um esforço em regulamentar tais situações, evitando que crianças ficassem em situações de abandono ou fossem entregues a terceiros sem qualquer respaldo legal.

Outro aspecto positivo dessa decisão é a formalização desse processo por meio do registro judicial, conferindo segurança jurídica tanto para a criança quanto para o responsável que assumia essa nova posição, o que não era comum na época. A lavratura do termo de responsabilidade reforça o comprometimento de Aureliano com

a medida, garantindo que a pessoa que recebia a criança tivesse um compromisso legal com sua criação e proteção. Esse cuidado revela uma tentativa do juizado de estabelecer critérios claros para a transmissão do pátrio poder, seguindo as normas da legislação vigente, o Código de Menores de 1927, e assegurando que a criança estivesse sob a tutela de alguém apto a exercer essa função.

Além disso, um ponto importante dessa decisão é uma visão mais ampliada da família e da parentalidade, reconhecendo que a proteção e o cuidado com a criança poderiam ser desempenhados por pessoas além dos pais biológicos. Em uma época na qual a assistência social ainda era limitada, esse tipo de medida representava uma alternativa progressista de garantia de direitos para que as crianças fossem criadas em um ambiente adequado e seguro, promovendo sua educação e bem-estar.

A partir das sentenças proferidas por Rodolfo Aureliano podemos perceber que, suas decisões judiciais, formalizaram a atuação do judiciário na proteção infantil, garantindo que as crianças não ficassem desamparadas ou expostas em situações vulneráveis, garantindo educação de qualidade, e a profissionalização dessas crianças e adolescentes, como uma perspectiva de futuro, em meio a realidade difícil que enfrentavam. Percebemos, uma visão progressista de Aureliano para a época, com a permissão, diante da impossibilidade dos pais biológicos exercerem plenamente suas funções, para a transmissão do pátrio poder do artigo 46 do Código de Menores de 1947, protegesse a criança.

Embora, atualmente o ECA tenha aperfeiçoado a proteção infantil, valorizando a convivência familiar e comunitária e priorizando medidas de apoio também à essas famílias, a decisão analisada demonstra que já existia uma preocupação com a garantia do melhor interesse da criança e a formalização de soluções que evitassem sua exposição à vulnerabilidade.

O segundo objetivo da pesquisa foi descrever as decisões jurídicas inovadoras do primeiro juiz da infância em Pernambuco, Rodolfo Aureliano, na garantia dos direitos das crianças pernambucanas. Para isso, recorreremos ao relatório da 3ª vara privativa de menores, no qual Rodolfo Aureliano destaca sua atuação no trabalho com as crianças e adolescentes. Este relatório, datado de 1938, foi escrito pelo juiz, de modo a evidenciar sua preocupação com a situação das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Neste documento, não é feito apenas registros acerca da realidade dos “menores abandonados e delinquentes”, fato comum nos marcos legais daquela

época. Observa-se, no texto produzido, um destaque para as falhas sistêmicas e a proposição soluções para o enfrentamento dessas questões. O relatório inicia com uma reflexão feita por Rodolfo Aureliano sobre a condição da criança abandonada como o reflexo de uma desorganização social profunda.

O juiz destaca a incapacidade do Estado e da sociedade em aplicar eficazmente políticas sociais de assistência à infância, deixando essas crianças à mercê de situações de violência e marginalidade.

“Nunca será demais afirmar que a criança abandonada é o reflexo mais perfeito da desorganização social. Do seu melhor conhecimento resultaram medidas universais que, embora produzam benefícios, não têm ainda a extensão necessária. A assistência social não tem tido a aplicação prática que se faz preciso. Criança abandonada, reserva do grande exército do crime, proporciona espetáculos gratuitos de vícios, vagabundagens, doenças, licenciosidades em todos os lugares onde se lhes é permitida a presença¹²

O diagnóstico social feito por Aureliano, aponta que a pobreza, a desestruturação familiar, a incultura e a ausência de um suporte psicológico adequado são fatores determinantes para que essas crianças se tornem vulneráveis e, muitas vezes, “delinquentes”. Sua visão implica a atuação do estado, rompendo com a visão hegemônica de responsabilidade individual. Além disso, há uma crítica ao empirismo que predominava até aquele momento, defendendo que o estudo profundo e a análise das condições de vida da criança seriam essenciais para um tratamento eficaz. Aureliano sugere que o foco deve ser no desenvolvimento físico, psicológico e intelectual das crianças, garantindo que elas tenham as condições necessárias para se afastarem da criminalidade.

A criação do Juizado de Menores em 1934 e os esforços realizados para superar suas deficiências iniciais são descritos por Aureliano como um marco importante. O relatório destaca que, apesar das limitações financeiras e da resistência encontrada na aplicação do Código de Menores de 1927, foram tomadas ações para melhorar a situação dos internatos e fazer a fiscalização de locais como cinemas e cabarés, locais onde muitas crianças e adolescentes eram exploradas. Essa fase de preparação resultou na criação de um “Serviço de Proteção e Assistência aos

¹² Trecho do Relatório da 3ª Vara Privativa de Menores 1938, Juiz Rodolfo Aureliano da Silva, Recife: Imprensa Oficial, 1938.

Menores Abandonados e Delinquentes”, instituído em fevereiro de 1938, que estruturou um sistema mais eficiente de cuidado e reabilitação das crianças.

A partir da criação deste serviço, diversas unidades foram estabelecidas, como a Clínica de Conduta, o Comissariado de Menores e a Agência de Colocações. Cada uma dessas unidades tinha funções específicas, como a realização de exames médicos e psiquiátricos, o monitoramento das crianças e adolescentes e a busca de soluções para os problemas de abandono e “delinquência”. A implementação desses serviços foi um avanço em termos de organização e intervenção social.

O relatório também analisa o movimento global de casos atendidos no juizado, destacando um aumento considerável no número de menores atendidos em comparação ao que ocorria em 1937, refletindo a alta demanda e a maior visibilidade do trabalho realizado pelo Juizado. A diminuição dos casos de repressão e o aumento das ações preventivas demonstram um efeito positivo das medidas adotadas, embora o aumento do número de casos também evidencie o enorme problema.

Além disso, do que se tratava da descrição das causas de “delinquência” e abandono, foi detalhada, com destaque para a desintegração familiar, pobreza e maus-tratos. Esses dados indicam que as crianças não são apenas vítimas de circunstâncias econômicas, mas, também, de um ambiente familiar inadequado, o que agrava a situação. A criação de um serviço específico para a fiscalização das condições de vida dessas crianças, com foco na prevenção, foi uma tentativa do juizado de intervir nas causas desse fenômeno social que assolava as crianças.

QUADRO I

	Número de casos 1937				Número de casos 1938			
	M	%	F	%	M	%	F	%
Desintegração do lar	51	22%	55	23%	215	38%	212	39%
Ocupação proibida	3	1%	4	2%	1	—	—	—
Perigo moral	1	1%	5	2%	19	3%	31	6%
Maus tratos	6	3%	12	5%	11	2%	27	6%
Abandono material	154	68%	152	65%	318	57%	276	50%
Total	227	100%	234	100%	564	100%	546	100%

QUADRO II

	M	%	F	%	Total	%
Ferimentos e ofensas físicas	9	5%	1	1%	10	2%
Delitos sexuais	7	3%	124	69%	131	34%
Crime de morte	7	3%	1	1%	8	2%
Insubordinação	33	16%	36	20%	69	18%
Vadiagem	22	11%	—	—	22	11%
Furtos	83	40%	1	1%	84	22%
Fugas de casa	23	11%	15	8%	38	10%
Fuga de colégios	23	11%	—	—	23	6%
Total	207	100%	178	100%	385	100%

Fonte: (Pernambuco, 2019)

O relatório também apresenta, em um dos seus quadros, dados demográficos e regionais. No ponto IV- Naturalidade “O quadro demonstra a predominância dos menores naturais deste Estado” (Pernambuco, 2019), que evidenciam, a predominância de crianças e adolescentes de Pernambuco e a distribuição de casos ao longo dos meses de 1938.

O comportamento sazonal do número de casos pode ser explicado por fatores socioeconômicos locais, como os trabalhos informais ou o agravamento da pobreza em determinadas épocas do ano. Também são apresentados os dados de idade das crianças e adolescentes, com uma predominância entre 10 e 18 anos, sugerindo que a adolescência é o período crítico para a criminalidade, sobretudo no sexo masculino.

Com base nos quadros estatísticos apresentados por Aureliano neste relatório, ele propôs algumas soluções para enfrentar essas dificuldades encontradas, como a criação de mais pavilhões, laboratórios de psicologia, escolas para “anormais”, colônias para epiléticos e clubes para menores nos bairros da capital. Além de destacar também a importância das atividades lúdicas para o processo educacional e social, e como a criação de espaços de recreação poderia ajudar a desviar as crianças de ambientes impróprios para elas, uma das sugestões importantes propostas por Aureliano seria um projeto de lei para instituir o Selo de Assistência de Menores, que poderia contribuir para a organização e fiscalização do atendimento às crianças e adolescentes da cidade do Recife e do Estado de Pernambuco.

b) As praças de jogos para crianças, organizadas como meios de preservação social e educação sanitária, têm contribuído eficazmente em toda parte, para a educação higiênica e social das crianças, proporcionando-lhes oportunidades e meios de recreação ao ar livre, estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais;¹³

Embora o relatório apresente muitos avanços significativos para a época, ele também tem um papel de denunciar as limitações do sistema e a necessidade urgente de investimentos em políticas públicas que abordem as causas profundas do abandono e da “delinquência”. A criação do Serviço de Proteção e Assistência e a organização do Juizado de Menores representam uma tentativa de integrar o cuidado

¹³ Uma das justificativas apresentadas para solução dos problemas encontrados no Relatório da 3ª Vara Privativa de Menores 1938, Juiz Rodolfo Aureliano da Silva, Recife: Imprensa Oficial, 1938

e a reintegração das crianças e adolescentes à sociedade, deixando claro a existência de desafios relacionados à capacitação de profissionais, à ampliação da cobertura e à redução das disparidades regionais no atendimento às crianças e adolescentes.

Por fim, objetivamos comparar as decisões do primeiro juiz da infância em Pernambuco, Rodolfo Aureliano, na garantia dos direitos das crianças pernambucanas com as legislações vigentes na primeira metade do século XX.

O Código de Menores de 1927, foi marco normativo da época que Rodolfo Aureliano foi Juiz da Infância, o código estabelecia diretrizes para o tratamento das crianças em situação de vulnerabilidade, principalmente aquelas envolvidas com a marginalidade ou abandono. No entanto, a abordagem da legislação era limitada, centrando-se no controle e punição de menores em situações de risco, com um foco maior na disciplina e na moralização. O Código dava aos juizes do país a autoridade para decidir pela instituição de menores, muitas vezes sem considerar completamente o que seria melhor para a criança, mas priorizando a segurança social e a prevenção da criminalidade, muitas vezes com violência.

Em paralelo ao Código de Menores de 1927, Rodolfo Aureliano, nas decisões que tomou, já demonstrava uma visão mais humanizada e progressista, ao procurar garantir não só soluções imediatas ou punitivistas para as crianças, mas, também, a perspectiva de um futuro melhor para elas, além de avaliar suas condições familiares e psicológicas.

No primeiro processo analisado, por exemplo, Aureliano observou que a internação da criança, que frequentava locais de “moralidade duvidosa” e estava sob a responsabilidade de uma mãe incapaz de cumprir suas funções, não visava apenas o afastamento de uma situação de risco imediato, mas a promoção do desenvolvimento da criança. Essa perspectiva ia além da simples punição ou segregação, se alinhando mais com uma proposta de reintegração social, algo que já previsto no Código de Menores de 1927, mas não era recorrente na época.

Além disso, Aureliano procurou ampliar os horizontes do tratamento das crianças ao exigir exames psiquiátricos, dando ênfase a várias dimensões do desenvolvimento. Essa decisão evidencia sua preocupação e um passo adiante que não se limitou ao cumprimento das normas, em entender as causas do comportamento da criança, algo que não era comum à época, pois o tratamento das crianças vulneráveis era, na maioria das vezes, desconsiderado, superficial e rígido. Já no que se tratava da transmissão do pátrio poder, Aureliano também demonstrou

uma interpretação mais flexível do papel da família. O Código de Menores de 1927, ao permitir que o pátrio poder fosse transferido a instituições ou indivíduos, reconhecia que, em determinadas circunstâncias, seria necessário que terceiros assumissem os direitos e deveres parentais. Porém, a forma como ele formalizou essa transferência e garantiu que a criança fosse entregue a um ambiente seguro, com compromisso legal, evidenciando a sua preocupação com a proteção integral da criança, além de simplesmente cumprir os ditames legais.

A realização do registro do termo de responsabilidade, refletia uma preocupação não apenas com a solução imediata, mas também com a segurança jurídica e o acompanhamento da criança, ao garantir que ela fosse colocada sob a guarda de uma pessoa capacitada para cuidar de seu desenvolvimento.

O trabalho de Rodolfo Aureliano também apontava para a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes para lidar com o abandono e a delinquência juvenil. Seu diagnóstico sobre a pobreza, a desestruturação familiar e a falta de suporte psicológico em relação às crianças vulneráveis reforçavam a ideia de que a criança não deveria ser apenas um objeto de intervenção, mas que seu desenvolvimento e proteção exigiam uma abordagem multidisciplinar, que combinasse a assistência social, a educação, a saúde mental e a estruturação familiar.

Portanto, a atuação de Aureliano superava o Código de Menores de 1927 ao integrar uma visão mais ampla da proteção infantil, considerando não apenas a punição ou institucionalização, mas buscando soluções de longo prazo, que envolvessem a educação, a saúde mental, reorganização da família e das redes de apoio social e a perspectiva de futuro, que ele criava para essas crianças e adolescentes.

Considerações Finais

Somente em 1990, com o ECA, as crianças e adolescentes brasileiros conquistaram direitos legais que considerassem suas especificidades. Identificamos na nossa pesquisa a juventude dos marcos legais da infância, e a contribuição do primeiro Juiz da infância, Rodolfo Aureliano, no período de 1934 a 1951.

Esta pesquisa teve como objetivo geral conhecer as contribuições do primeiro juiz da infância em Pernambuco, Rodolfo Aureliano, na garantia dos direitos das crianças. Para fundamentar nossa análise, definimos três objetivos específicos: analisar documentos históricos, buscando as evidências das contribuições do juiz na

garantia dos direitos das crianças pernambucanas; descrever as decisões jurídicas inovadoras de Rodolfo Aureliano na proteção da infância; e comparar suas decisões com as legislações vigentes na primeira metade do século XX.

Assim, em nossa análise, buscamos responder à pergunta: Quais as contribuições do primeiro juiz da infância em Pernambuco, Rodolfo Aureliano, para a ampliação dos direitos das crianças pernambucanas? A partir dos processos e relatórios homologados por Rodolfo Aureliano, pudemos conhecer e descobrir que as decisões dele evidenciaram um olhar atento e sensível às necessidades cruciais da infância, priorizando a educação, a profissionalização e a reintegração social das crianças e adolescentes sob sua tutela.

Verificamos que, mesmo diante de uma legislação marcada por uma abordagem violenta, repressiva e disciplinadora, o código de menores de 1927 (Brasil, 1927), Aureliano implementou práticas no período de 1934 a 1951, que promoviam a proteção integral das crianças, com foco na dimensão educativa, o que se refletiu na estruturação de políticas que mais tarde seriam consolidadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

Em nossa análise, identificamos que o conceito de infância, na legislação da época, estava frequentemente vinculado a uma perspectiva que não considerava as diferenças socioeconômicas e culturais. No entanto, Rodolfo Aureliano como o primeiro Juiz da Infância, apresentou uma compreensão mais ampla, já demonstrando preocupação com a diversidade da infância, propondo soluções adaptadas às realidades de cada criança atendida pelo Juizado, além de tratar a criança como um sujeito de direitos e não apenas como um objeto de tutela do Estado. Suas iniciativas, decisões e sugestões, demonstraram uma preocupação em garantir a proteção infantil aliada às oportunidades de desenvolvimento, pensando não só no presente daquelas crianças, mas na garantia de um futuro.

Ainda que avanços significativos tenham ocorrido desde a atuação de Aureliano, observamos que os desafios persistem na efetivação dos direitos da infância. O reconhecimento da criança como sujeito de direitos ainda precisa ser fortalecido nas práticas institucionais e nas políticas públicas. Dessa forma, revistar a história e o trabalho de Rodolfo Aureliano como primeiro juiz da infância da cidade do Recife, permite refletirmos sobre os caminhos percorridos e os desafios que ainda permanecem na defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

Por fim, compreendemos que, mesmo com as novas concepções de infância presentes nas legislações atuais, como o ECA (1990), ainda carecemos de maiores reflexões e discussões na elaboração de políticas públicas voltadas à infância. Essas reflexões precisam se basear na valorização das especificidades da infância, que foi um legado deixado por Rodolfo Aureliano em sua atuação como primeiro juiz da infância.

Seu legado permanece relevante para compreendermos a evolução das políticas de proteção à infância no Brasil, seu trabalho serviu de base para avanços posteriores e reforça a importância de políticas públicas voltadas à defesa dos direitos das crianças e adolescentes, traçando alternativas e circunstâncias para a plena efetivação dos direitos das crianças, garantindo-lhes um futuro digno, democrático e igualitário.

Referências bibliográficas

ABRÃO, Jorge. Os primórdios da psiquiatria infantil e seus reflexos no Brasil. Memorandum: Memória e História em Psicologia, [S. l.], v. 37, 2020.

BARBOSA, Virgínia. Rodolfo Aureliano. *In*: Pesquisa Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/rodolfo-aureliano/>. Acesso em: 07 de Outubro de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.

BRASIL. Senado Federal. Código Mello Mattos Acesso em 08 out. de 2024.

CANAL, F. D.; DAVEL, M. L. . Os adolescentes em conflito com a lei: como anda a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no município de Castelo – ES? Revista Ambiente Acadêmico, v. 1, p. 69-80, 2015.

MOSER, Cláudio; RECH, Daniel. Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ceris, 2003.

MOMBERGUER, Christine Delory. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, p. 625-644, 2012.

ORLANDI, Orlando. Teoria e prática do amor à criança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os direitos das Crianças. 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convenção-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em 02/10 de 2024.

PAULA, L. de . Da “questão do menor” à garantia de direitos: Discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 15(1), 27–43, 2015.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. Centro de Estudos Judiciários Memória Judiciária de Pernambuco: Desembargador Rodolfo Aureliano da Silva- Recife: TJPE, 2019. 262 p: il (Série: Memória Judiciária de Pernambuco ano VII n, 11).

PERNAMBUCO, Acto n. 171, de 5 de fevereiro de 1932. Diário do Estado, Poder Executivo, Recife, PE ano 9, n. 28, 6 fev. 1932, p 210.

PERNAMBUCO, Acto n. 1.128, de 22 de outubro de 1932. Diário do Estado, Poder Executivo, Recife, PE ano 9, n. 235, 26 out.. 1932, p 1962.

PERNAMBUCO, Acto n. 1.053, de 13 de junho de 1934. Diário do Estado, Poder Executivo, Recife, PE ano 11, n. 129, 14 jun.. 1934, p 1.

PERNAMBUCO, Decreto n. 306 de 13 de junho de 1934. Decretos, Atos e Notas do Governo Carlos de Lima Cavalcanti. Recife : Imprensa Oficial, 1934, p. 12

SANTOS, E. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, e184961, 2019. <https://doi.org/10.1590/S1678-463420194518496> »

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da. *Código Mello Mattos: um olhar sobre a assistência e a proteção aos "menores"*. Rio de Janeiro, Revista Em Debate, nº8, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14406/14406.PDF>.

SILVA, Jaqueline Maria da; ALMEIDA, Luender Bruno dos Santos; FERNANDES, Renata Carvalho da Silva; SILVA, Rosinei Pereira da; ASSUNÇÃO, Suzana Vieira de; SANTIAGO, Suzinéia Fátima dos Santos. A EDUCAÇÃO INFANTIL E DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], p. 14–84, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7132>.

SILVA, MA. Política de saúde para crianças: apontamentos para a atuação da

enfermagem. In: Gaíva MAM. Saúde da criança e do adolescente: contribuições para o trabalho de enfermeiros(as). Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso; 2006. p. 9-28.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Os Direitos da Criança e do Adolescente: construindo o conceito de sujeito-cidadão. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflitualidades jurídicas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

VARALDA, Renato Barão. Responsabilidades na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Revista Jurídica CONSULEX, Ano XII, nº 286, 15 de dezembro de 2008, p. 28-30.

RIVAS, Leda. Rodolfo Aureliano: o benfeitor. In: Revista Continente – Documento Recife, maio de 2004

ZANELLA, Maria N.; LARA, Angela M. de. O Código Mello Mattos e a proteção de menores. *USP – Ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015.*